

# FIOS DE MEMÓRIA

LIBER AMICORUM PARA FERNANDA HENRIQUES

Organização de Irene Borges-Duarte



## **FIOS DE MEMÓRIA**

LIBER AMICORUM PARA FERNANDA HENRIQUES

Organização: Irene Borges-Duarte

Capa e paginação: oficina grotesca

© Autores

Edições Húmus, 2018

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N.Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N.Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2018

Depósito Legal: 448919/18

ISBN: 978-989-755-384-4

Apoios:



UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Centro de  
Investigação em  
Ciência Política



LABCOM.IFP  
Comunicação, Filosofia e Humanidades  
Unidade de Investigação  
Universidade da Beira Interior



**PRAXIS**

Centro de Filosofia, Política e Cultura

# O património como possibilidade de cura de memória: a propósito de Fernanda Henriques sobre Paul Ricœur.

## **PAULO SIMÕES RODRIGUES**

*Doutorado em História da Arte, é Professor Auxiliar da Universidade de Évora, onde coordena o Centro de História da Arte e Investigação Artística – CHAIA e o Programa Doutoral FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) HERITAS – Estudos do Património.*

*“Já não podemos dar-nos ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento”<sup>1</sup>*

Desde o seu início, há cerca de vinte e cinco anos, que o meu percurso académico me tem favorecido com a boa fortuna de laços de amizade em que o afecto se conjuga com o respeito e a admiração intelectual, profissional e científica. Estou ligado à Fernanda Henriques por um desses laços, por uma amizade que me proporcionou o conhecimento do seu trabalho científico, designadamente dos estudos que tem realizado sobre os temas da história e da memória no pensamento do filósofo francês Paul Ricœur (1913-2005). É então por amizade que participo neste *Liber Amicorum* dedicado à Fernanda Henriques e que o faço com uma contribuição que pretende demonstrar como através dos seus estudos sobre Paulo Ricœur se revela a possível relevância deste filósofo para uma das minhas áreas de investigação, a teoria e crítica do património.

Num texto intitulado *Dívida e Perdão em Paul Ricœur. Um indicador e um limite da justiça*, publicado em 2010<sup>2</sup>, Fernanda Henriques reflecte sobre o modo como os conceitos de dívida, perdão e justiça se articulam no pensamento daquele filósofo. Interessa-me sobretudo o perdão, mais especificamente a relação que, segundo Fernanda Henriques, Ricœur estabeleceu entre este conceito e a memória, com destaque para a memória de situações e acontecimentos traumáticos, em relação aos quais o perdão pode ser uma “espécie de cura”, de “finalização do seu luto”<sup>3</sup>. De acordo com a leitura de Fernanda

---

1 ARENDT, Hanna – *As origens do totalitarismo. Prefácio à 1ª edição*. Alfragide. D. Quixote, 2004 (4.ª edição), p. XI.

2 HENRIQUES, Fernanda – *Dívida e Perdão em Paul Ricœur. Um indicador e um limite da justiça*. *Communio*. Revista Internacional Católica, 3, 2010, pp. 349-356. Desde 2012 acessível através do sítio LusoSofia. Net ([http://www.lusosofia.net/textos/20120217-henriques\\_fernanda\\_divida\\_e\\_perdao\\_em\\_paul\\_Ricœur.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/20120217-henriques_fernanda_divida_e_perdao_em_paul_Ricœur.pdf)).

3 HENRIQUES, Fernanda – *Dívida e Perdão em Paul Ricœur. Um indicador e um limite da justiça*. LusoSofia. Net. Covilhã, 2012, pp. 4, 6 e 7.

Henriques, em textos como *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli* (2000), *Le pardon peut-il guérir?* (1995) e *Sanction, réhabilitation, pardon* (2001)<sup>4</sup>, Ricœur considera que o perdão tem a capacidade de dar um futuro a essas memórias traumáticas, através do seu uso crítico, que corresponderá “à superação quer da falta de memória ou esquecimento excessivo, quer do excesso de memória, permitindo o trabalho da lembrança e a narrativa das histórias do passado do ponto de vista do outro também implicado”<sup>5</sup>. Ou seja, o perdão não faz esquecer as situações e os acontecimentos traumáticos, nem os faz desaparecer como ocorrências, mas inverte o seu efeito bloqueador, pois altera o sentido que lhes atribuímos e, conseqüentemente, altera o nosso olhar sobre o passado. Pode fazê-lo tanto no plano individual ou pessoal como no plano social, no quadro da vida colectiva, “onde ele é o horizonte comum da história, da memória e do esquecimento”<sup>6</sup>.

É nesta capacidade do perdão re-significar o passado no presente, de superar a falta de memória ou o excesso de memória, de permitir uma narrativa histórica que inclua o ponto de vista do outro, que identifique um paralelo com a ideia de património. Ou melhor, que reconheço no património a possibilidade de ser uma forma de perdão tal como o concebe Ricœur: de possibilidade de cura de memória. A minha intenção inicial foi demonstrá-lo através de dois estudos de caso: a inscrição na lista do património mundial da UNESCO do Campo de Concentração e Extermínio Nazi de Auschwitz Birkenau (1940-1945), na Polónia, em 1979, e do Memorial à Paz de Hiroshima (a Abóbada de *Genbaku*<sup>7</sup>), no Japão, em 1996.

Auschwitz Birkenau e o Memorial à Paz de Hiroshima foram integrados na lista do património mundial da UNESCO pelo critério IV, enquanto exemplos excepcionais de tipologias de edifícios, ou de conjuntos tecnológicos, ou de paisagens que ilustram etapas fundamentais da história da humanidade<sup>8</sup>. Auschwitz Birkenau é considerado um monumento ao genocídio deliberado de judeus pelo regime nazi alemão e às inúmeras mortes de muitos outros, uma irrefutável evidencia de um dos maiores crimes alguma vez perpetrado contra a humanidade. Mas é também um monumento à força do espírito humano que, em condições de extrema adversidade, resistiu aos esforços do nazismo para suprimir a liberdade e o livre pensamento, e aniquilar raças inteiras. É um lugar chave para a memória colectiva de um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade, de transmissão e alerta às gerações mais jovens para as ameaças e as tragédias

4 Ver *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, Paris: Seuil, 2000; *Le pardon peut-il guérir?*, Esprit, 210 (1995), pp 77-82 (publicado em português em HENRIQUES, Fernanda (org) – *Paul Ricœur e a Simbólica do Mal*. Porto: Afrontamento, 2005, pp. 35-40); e *Sanction, réhabilitation, pardon. Le juste*, Esprit, 2001, pp. 193-208.

5 HENRIQUES, Fernanda, *op. cit.*, p. 7.

6 HENRIQUES, Fernanda, *op. cit.*, p. 7.

7 *Genbaku* significa bomba atómica em japonês.

8 A integração de monumentos e sítios na lista do património mundial implica que estes sejam de um valor universal excepcional e que cumpram pelo menos um dos dez critérios de selecção definidos pela Convenção do Património Mundial da UNESCO. Ver <http://whc.unesco.org/en/criteria/>.

consequências das ideologias extremistas e da negação da dignidade humana<sup>9</sup>. Por sua vez, o Memorial à Paz de Hiroshima ou Abóbada de *Genbaku* corresponde à ruína do antigo Salão de Promoção Industrial do Município de Hiroshima, construído em 1914 e que foi a única estrutura a restar de pé na área onde explodiu a primeira bomba atómica, no dia 6 de Agosto de 1945. Foi preservado no seu estado de ruína como símbolo da mais destruidora força criada pela humanidade, mas também da esperança na paz mundial e na eliminação das armas nucleares<sup>10</sup>.

Auschwitz Birkenau e o Memorial à Paz de Hiroshima inscrevem-se no que podemos designar por património negativo. Isto é, lugares de conflito que se tornaram, no imaginário colectivo, repositórios de memórias negativas, mas que podem ser mobilizados para objectivos didácticos positivos, nomeadamente como avisos para que as realidades ou os acontecimentos históricos a que se reportam não se repitam<sup>11</sup>. Deste modo, a sua classificação patrimonial introduziu uma re-significação do passado que pretende ser, à semelhança do perdão de Ricouer<sup>12</sup>, uma possibilidade de cura de memória. A atestar essa re-significação do passado, as reacções das delegações da China e dos Estados Unidos da América à atribuição do estatuto de património mundial pela UNESCO ao Memorial à Paz de Hiroshima, com a primeira a questionar a decisão e a segunda a desvincular-se da mesma, por considerarem que era passível de se tornar num meio de isentar o Japão das suas responsabilidades nas causas e nos crimes da Segunda Guerra Mundial<sup>13</sup>.

Abordar Auschwitz Birkenau e o Memorial à Paz de Hiroshima foi, contudo, como referi atrás, uma primeira intenção, que acabou preterida a favor de um processo mais pertinente para a situação nacional e porventura, na actualidade, mais complexo politicamente. Refiro-me à formalização do conceito de *patrimónios de influência portuguesa*, iniciada por volta de 2007 e que representa uma revisão crítica dos conceitos anteriores de *património de influência portuguesa* (no singular), *património de origem portuguesa* e *património português no mundo*.

O conceito de *patrimónios de influência portuguesa* refere-se a todos os vestígios e manifestações de cultura material e imaterial que testemunham, nos cinco continentes, a história do império colonial português, e à sua valorização pós-colonial como herança

---

9 <http://whc.unesco.org/en/list/31>.

10 <http://whc.unesco.org/en/list/775/>.

11 MESKELL, Lynn. *Negative heritage and past mastering in Archaeology*. *Anthropological Quarterly*. vol. 75, 3 (2002), pp. 557-574.

12 A selecção do Campo de Concentração e Extermínio de Auschwitz Birkenau como estudo de caso decorreu também da convicção de Paul Ricouer de que “em termos circunstanciais, da nossa condição histórica, toda a reflexão sobre o perdão se desenrola, necessariamente, no horizonte do Shoah como sendo a figura do irreparável do século XX”. HENRIQUES, Fernanda, *op. cit.*, p. 6.

13 <http://whc.unesco.org/en/list/775/>.

cultural partilhada entre os países envolvidos. A sua origem radica na ideia de *património português no mundo*, cujo surgimento, embora ainda com datação incerta, está relacionado com a atenção recebida, a partir da década de 1980, com a XVII Exposição Europeia de Arte e Cultura (decorrida em 1983 e subordinada ao tema Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento) e as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1986-2002), pela arte e arquitectura realizadas pelos portugueses ou sob a sua influência cultural e religiosa nos territórios não europeus entre os séculos XV e XX. Essa atenção foi de natureza essencialmente historiográfica, como atestam os dois volumes da obra *História da Arte Portuguesa no Mundo* de Pedro Dias (1998)<sup>14</sup>, sendo que a convocação do conceito de património para a classificar, que pode indiciar a assunção de uma herança cultural, não pretendeu reclamá-la para Portugal, mas chamar a atenção para a sua relevância histórica, para a necessidade do seu estudo e conservação, e para o contributo que o Estado português poderá dar nesse sentido através das relações diplomáticas e de cooperação que mantém com os países cujos territórios foram antigas colónias portuguesas e que hoje detêm a propriedade desse património<sup>15</sup>. No entanto, entendendo-se o património como uma construção, representação e utilização sócio-cultural do passado no presente<sup>16</sup>, a formulação de *património português no mundo* implica a evocação de uma autoridade eurocêntrica que parece ignorar as dinâmicas da história que levaram à independência das antigas colónias, que pode ser entendida como neo-colonial e que efectivamente não admite a existência de perspectivas alternativas em relação ao significado histórico e valor patrimonial dos vestígios do passado em causa<sup>17</sup>, designadamente de uma possível perspectiva do colonizado. Assim, entre 2006 e 2010, de modo a conciliar a noção de uma herança cultural portuguesa de projecção mundial e a necessidade de captar a colaboração dos países que a herdaram, fundamental para a sua preservação, foi criada uma rede internacional no quadro da UNESCO cuja denominação substituiu a designação de *património português no mundo* pela de *património de origem e influência portuguesa*, a Rede de Património Mundial de Origem ou Influência Portuguesa ou World Heritage of Portuguese Origin (WHPO). Numa primeira fase (2006), a WHPO reuniu apenas instituições portuguesas: Universidade de Coimbra, Ministério da Cultura, IGESPAR, Comissão Nacional da UNESCO, ICOMOS Portugal e Turismo de Portugal. A sua internacionalização ocorreu em 2010, com a integração de mais

14 DIAS, Pedro – *História da Arte Portuguesa no Mundo. O Espaço do Índico (vol. I). O Espaço do Atlântico (vol. II)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998 e 1999, 2 vols.

15 SERRÃO, Vítor – *Um imperativo da política cultural: salvaguardar o património histórico-artístico português no mundo*. In SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017, pp. 19-36.

16 HARRISON, Rodney – *Heritage. Critical Approaches*. New York: Routledge, 2013.

17 HARRISON, Rodney; HUGHES, Lotte – *Heritage, colonialism and post-colonialism*. In *Understanding the politics of heritage*. Manchester University Press, 2009, pp. 238-240.

18 países, em representação de 26 bens patrimoniais<sup>18</sup>. A Rede é assumida por alguns dos seus protagonistas como um “projecto mestiço” que tem o objectivo de fazer com que Portugal desenvolva uma relação positiva, justa e igual “com os países onde estivemos desde o século XV/XVI”, de “igualdade e de justiça cognitiva usando os diferentes saberes, os nossos e os deles em pé de igualdade para construirmos um conhecimento e uma gestão e salvaguarda do imenso património a que historicamente estamos ligados”<sup>19</sup>.

A consciência das implicações culturais e dos riscos ideológicos de conceber um património português à escala global terá levado a que em 2007, quando a Fundação Calouste Gulbenkian deu início a um projecto de levantamento da arquitectura e do urbanismo de matriz portuguesa no mundo, concretizado na publicação de quatro volumes (2010-2011) e na disponibilização em acesso aberto de uma base de dados digital (2010), os seus coordenadores também tenham optado pelas designações de *património de origem portuguesa*, para o projecto e para os volumes, e *património de influência portuguesa*, para o sítio digital que acolhe a base de dados<sup>20</sup>. O conceito de *património de origem portuguesa no mundo* demarca o carácter cronológico da abordagem que pondo a tónica na história das artes e do edificado, não nega “a intenção de isolar uma linha-gem portuguesa”, de afirmar “a existência de uma genealogia formal que procura afirmar, internacionalmente, uma geografia de difusão que é reivindicada como identitária”<sup>21</sup>. O conceito de *património de influência portuguesa*, decorrente do tema de um curso de doutoramento aberto pela Universidade de Coimbra em 2010, a que não foi alheio o projecto da Fundação Calouste Gulbenkian e a criação da WHPO, por ser mais fluído, é também mais aberto à pluralidade das interpretações, mais permeável à admissão de discursos alternativos, à “hipótese de pensar, se não exactamente, ou não sempre, as trocas, pelo menos as resistências e, em especial, as híbridagens culturais que dela [da influência] resultam”<sup>22</sup>.

---

18 <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-de-influencia-portuguesa/rede-whpo>.

19 AMENDOEIRA, Ana Paula; AGUIAR, José – *O mar foi ontem o que o património pode ser hoje, basta vender alguns adamastores*. In SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017, pp. 298 e 299.

20 RODRIGUES, Paulo Simões – *Patrimóniopia: o património como lugar imaginário*. In ACCIAUOLI, Margarida; RODRIGUES, Ana Duarte; CASTRO, Maria João; et al. *Arte & Utopia*. s.l.: Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, DINÂMIA'CET-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE-IUL Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 106 e 107.

21 ARAÚJO, Renata – *Influência, origem, matriz*. In ROSSA, Walter, RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 58 e 59.

22 ARAÚJO, Renata, *op. cit.*, p. 59.

Em 2015, o programa de doutoramento da Universidade de Coimbra altera a sua designação para uma enunciação no plural, *patrimónios de influência portuguesa*, e passa a inscrever-se num projecto mais amplo que recebe a mesma denominação e integra uma variante em Estudos Culturais que coloca a tónica na língua portuguesa como factor comum, logo patrimonial, à “rede de territórios com cidades de culturas diversas” que constituem o “espaço da influência portuguesa”<sup>23</sup>. A intenção foi salvaguardar que embora o olhar que o programa de doutoramento e o projecto apontavam para o passado fosse estruturado pela história e língua portuguesas, pretendia suscitar e integrar outros modos de olhar:

*“O uso plural na designação do objecto Patrimónios, visa suscitar a pluralidade dos olhares sobre um objecto que resulta da composição de muitos outros. É, digamo-lo, a proclamação de um princípio multidimensional: não há um património com uma só origem, de um agente ou um grupo, que uma vez questionado dê sempre as mesmas respostas. Tudo depende do contexto a partir do qual se lança o olhar, sendo a influência portuguesa o operador comum que, com recurso à História, organiza e disciplina os limites, sem contudo os balizar. Influência nos diversos âmbitos e patamares da interculturalidade: formal e informal, administrativa ou espiritual, comercial ou emigracional, colonial e pós-colonial.”*<sup>24</sup>

Ao admitir-se a subjectividade da perspectiva assumida e que tendo aquele património deixado de ser português, está sujeito, num contexto pós-colonial, a re-significações culturais e políticas, o propósito é claramente reconciliar as diferentes memórias do passado colonial português, das visões porventura contraditórias de ex colonizadores e colonizados. Apesar da presença de expressões que mantêm uma visão idealizada, por vezes idilicamente positiva e quase romântica, da história e da cultura portuguesas, como “gesta portuguesa” ou “celebrada alma portuguesa pelo mundo repartida”, o modos de olhar que consubstanciam os *patrimónios de influência portuguesa* não deixam incluir a dimensão do conflito, da subjugação e da contradição, como fica patente pelas ideias de que a condição moderna de Portugal enquanto mediador entre o Ocidente o Oriente foi tanto de comunicação como de domínio, e que a língua portuguesa foi, simultaneamente, um instrumento de emancipação de Roma e de evangelização ao serviço de Roma<sup>25</sup>.

Por outro lado, a afirmação de que “A atitude da China em relação à herança colonial portuguesa contrasta com a ressentidamente miópica política da Índia em Goa”<sup>26</sup>

23 ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate – *Modos de Olhar*. In ROSSA, Walter, RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 24 e 25.

24 ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate, *op. cit.*, p. 20.

25 ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate, *op. cit.*, pp. 26-28.

26 MACEDO, Helder – *Língua, comunidade e conhecimento*. In ROSSA, Walter, RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 45.

vem colocar limites à aceitação da perspectiva do outro. Ou seja, deixa perceber alguma dificuldade em compreender que, decorrentes do processo histórico do fim do colonialismo europeu, os outros olhares sobre os patrimónios de influência portuguesa podem implicar a sua desvalorização, repúdio e até anulação. Se assim é, pois a documentação disponível não nos permite aferir o contrário, essa dificuldade limita a possibilidade do efeito reconciliador dos *patrimónios de influência portuguesa*.

Embora se concentre numa perspectiva temporal e espacial, a proposta dos *patrimónios de influência portuguesa* não pode ser alheia ao facto de constituir, em si mesma, uma construção cultural, social e política. Por isso, deverá incluir o seu auto-reconhecimento enquanto processo de patrimonialização, o que implicará, por sua vez, o reconhecimento da legitimidade histórica da recusa do seu valor patrimonial. Será também necessário equacionar bens patrimoniais de valor negativo, como o Campo de Concentração do Tarrafal em Cabo Verde, candidato à integração na lista do Património Mundial da UNESCO, e o Cais do Valongo no Rio de Janeiro, a principal porta de entrada de escravos no Brasil durante três séculos, que em 2017 passou a integrar o conjunto de bens considerados património da humanidade pela UNESCO. À semelhança dos supracitados exemplos de Auschwitz Birkenau e do Memorial à Paz de Hiroshima, o património negativo do colonialismo português possibilita, retomando a referência da leitura de Paul Ricœur por Fernanda Henriques, “fazer memória das vítimas pela narrativa. Contar e recontar as atrocidades, as tragédias, as profundezas do sofrimento humano, é o caminho que resta a uma racionalidade que não pode explicar tudo, constituindo, por isso, o dever básico da humanidade”<sup>27</sup>.

Somente a partir de uma auto-reflexão crítica sobre o seu próprio processo de patrimonialização e da admissão da legitimidade histórica da possibilidade limite da sua recusa, os patrimónios de influência portuguesa poderão constituir uma efectiva possibilidade de reconciliação, de cura de memória do passado colonial. A partir desse reconhecimento será possível transitar para uma nova cultural patrimonial que também abranja as apropriações e transformações pós-coloniais das memórias e dos vestígios materiais do colonialismo, mesmo quando os tenha irremediavelmente alterado ou tornado quase irreconhecíveis, incorporando tanto significados positivos como negativos, de modo a representar a complexa amplitude das dinâmicas civilizacionais e das vicissitudes da história<sup>28</sup>.

---

27 HENRIQUES, Fernanda, *op. cit.*, p. 13.

28 RODRIGUES, Paulo Simões – *Património, Tempo, Espaço e Civilização: o “património de origem portuguesa no mundo” como pretexto para uma nova cultura patrimonial*. In ROCHA-CUNHA, Silvério da; MARUJO, Noémi; TEIXEIRA, Cláudia et al. *Tópicos Transatlânticos. Emergência da Lusofonia num Mundo Plural*. Évora: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais, 2012, pp. 109-112.

## Bibliografia

- ARENDETT, Hanna – *As origens do totalitarismo*. Alfragide. D. Quixote, 2004 (4ª edição).
- DIAS, Pedro – *História da Arte Portuguesa no Mundo. O Espaço do Índico (vol. I). O Espaço do Atlântico (vol. II)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998 e 1999, 2 vols.
- HARRISON, Rodney – *Heritage. Critical Approaches*. New York: Routledge, 2013.
- HARRISON, Rodney; HUGHES, Lotte – *Heritage, colonialism and post-colonialism*. In *Understanding the politics of heritage*. Manchester University Press, 2009, pp. 234-269.
- HENRIQUES, Fernanda (2012) – *Dívida e Perdão em Paul Ricœur. Um indicador e um limite da justiça*. LusoSofia.Net. Covilhã, pp. 3-13.
- MESKELL, Lynn. *Negative heritage and past mastering in Archaeology*. *Anthropological Quarterly*. vol. 75, 3 (2002), pp. 557-574.
- RODRIGUES, Paulo Simões – *Património, Tempo, Espaço e Civilização: o “património de origem portuguesa no mundo” como pretexto para uma nova cultura patrimonial*. In ROCHA-CUNHA, Silvério da; MARUJO, Noémi; TEIXEIRA, Cláudia et al. *Tópicos Transatlânticos. Emergência da Lusofonia num Mundo Plural*. Évora: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais, 2012, p. 109-112.
- RODRIGUES, Paulo Simões – *Patrimóniopia: o património como lugar imaginário*. In ACICIAUOLI, Margarida; RODRIGUES, Ana Duarte; CASTRO, Maria João; et al. *Arte & Utopia*. s.l.: Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, DINÂMIA'CET-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE-IUL Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 101-110.
- ROSSA, Walter, RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.

### **Webgrafia**

<http://whc.unesco.org/en/criteria/>

<http://whc.unesco.org/en/list/31>

<http://whc.unesco.org/en/list/775/>

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-de-influencia-portuguesa/rede-whpo>